

Ata nº	05
Fl. nº	16
(a)	<i>mg</i>

## ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DA REGIÃO DO CIRCUITO DAS ÁGUAS.

Aos 02 dias do mês de Dezembro de 2011, no Auditório da Câmara Municipal de Pedra Bela, reuniram-se os seguintes Prefeitos Municipais: José Ronaldo Leme de Pedra Bela, Paulo Turato Miotto de Amparo, Marisa de Souza Pinto Fontana de Socorro, Martinho Antônio Mariano de Águas de Lindóia e José Justino Lopes de Lindóia. Esteve presente o Superintendente do Consórcio, Sr. Hilário Piffer Júnior e os membros que compõe o grupo de Implantação do Consórcio a saber: Helena Maria Ferreira Leite de Amparo, O Sr. Gilberto de Matos Gualberto de Morungaba, o Sr. Joaquim Barbosa Junior de Itapira e o Sr. Marcos José Lomonico de Socorro. Não estiveram presentes os prefeitos de Itapira, Santo Antonio de Posse, Serra Negra, Morungaba, Pinhalzinho, Tuiuti e Monte Alegre do Sul, porém estiveram presentes seus representantes, com exceção dos representantes de Pinhalzinho e Serra Negra. Iniciando a reunião o Sr. Hilário Piffer Junior solicitou dispensa de leitura da Ata da reunião anterior, uma vez que, todos os prefeitos presentes receberam via e-mail, a cópia da mesma. Todos os presentes concordaram, não ocorrendo nenhuma manifestação contrária e/ou de adição e supressão do seu conteúdo. Dando início aos itens da reunião o superintendente do Consórcio – Sr. Hilário Piffer Junior solicitou alteração na ordem dos assuntos a serem discutidos e/ou deliberados na reunião, antecipando a apresentação dos representantes do Consórcio PCJ – Sr. Carlos Gravina – da Diretoria Técnica e o Dr. Carlos Roberto Oliveira que atua como advogado do Consórcio PCJ, sobre a Agência de Regulação que foi instituída naquela região, denominada – ARES-PCJ. 1- Segundo o representante da ARES – PCJ, o nosso Consórcio de Saneamento Básico do Circuito das Águas não pode se auto regular, pois desenvolve atividades e serviços. Municípios interessados poderão fazer adesão ao ARES-PCJ através da assinatura do protocolo de intenções e em seguida e aprovação da adesão na Câmara de Vereadores local. Municípios que possuem os seus serviços de abastecimento de água e coleta e destinação final de esgotos sob concessão da SABESP também terão de definir a forma e a entidade que desenvolverá os serviços e atividades de fiscalização e de regulação, seja dos serviços de água e de esgoto como os relativos de drenagem de águas pluviais e de resíduos sólidos. O município deverá escolher a sua alternativa(s), contudo o que não pode acontecer é a SABESP – que no caso desenvolve as atividades e serviços determinar e impor a seus municípios, sendo que os municípios inclusive poderão optar até pela criação de sua própria agência reguladora com funcionários de seu município. A ARES-PCJ está mais uma vez oferecendo os seus serviços e atividades a todos os prefeitos do Consórcio de Saneamento ao custos de 0,5% (meio por cento) do valor da arrecadação obtida pelo desenvolvimento dos serviços de abastecimento de água, coleta de esgotos, resíduos sólidos e drenagem de águas pluviais. Segundo o Sr. Carlos Gravina, pesquisas efetuadas em municípios que já desenvolvem por conta própria e criaram as suas agências municipais de regulação apontaram custos de pelo menos 2,5% do total arrecadado. Estimativa efetuada para 3,5% a 4,0% dos recursos arrecadados com a prestação dos serviços de saneamento básico. Sendo que estes municípios, tem porte





superiores aos nossos municípios , com pelo menos 100.000 habitantes e cerca de 30.000 ligações de água e de esgoto. Mesmo assinando um contrato de programa com a SABESP é possível o município efetuar a adesão a ARESPCJ. Na sequência o Dr. Carlos Oliveira apresentou a Cartilha que foi divulgada pela SABESP, com perguntas e respostas frequentes sobre contratos de concessão e os serviços e atividades de regulação. Atualmente a SABESP tem efetuado os novos contratos de concessão com os municípios considerando a modalidade de contratos de programas. Na própria cartilha da SABESP fica clara a necessidade do município ter o seu Plano de Saneamento, o seu contrato de programa aprovados pela Câmara Municipal de Vereadores, como pré requisitos para a renovação do contrato de concessão, seja com a SABESP, ou outra entidade prestadora dos serviços de saneamento básico. Também citou que nesta cartilha é apresentada uma minuta de como deveria ser a declaração de opção do município pela ARSESP, fazendo desta forma que a adesão a Agência de Regulação do Estado como uma etapa exclusiva na renovação com a SABESP para a prestação dos serviços e não na forma compulsória como estava sendo desenvolvida com alguns municípios. Esta folha anexa com a assinatura de termo de convênio para a adesão a ARSESP. Com relação a pergunta efetuada pelo Engº Marcos Lomonico – representante do município de Socorro, o prazo final para a elaboração e aprovação pelas Câmaras Municipais de seu Plano de Saneamento foi estendido para meados de 2014, devendo portanto a definição da agência de regulação acompanhar este prazo. Em seguida o Dr. Carlos também citou que enquanto os municípios não tiverem criado e/ou definido a forma e a estrutura de sua regulação, o município não poderá reajustar as tarifas destes serviços. Também citou que todas as agências reguladoras municipais deverão fiscalizar a qualidade da água que está sendo oferecida ao consumidor – considerando a Portaria nº 518 do Ministério da Saúde, assim como, deverão ser desenvolvidos normas e regulamentos com os padrões a serem adotados para o acompanhamentos e a fiscalização da prestação de serviços e atividades nas áreas de resíduos sólidos, atualmente temos apenas o IQR = Índice de Qualidade de Resíduos do Governo do Estado, elaborado e monitorado pela CETESB anualmente, mas este índice cobre normalmente apenas a situação da disposição final dos resíduos sólidos gerados no município, não considerando os demais serviços que contemplam esta área como: varrição, capina, coleta e transporte dos resíduos sólidos. Já com relação à área de drenagem de águas pluviais não temos ainda nenhum critério, indicadores e/ou padrões para a regulação e fiscalização da prestação destes serviços. Segundo o mesmo, a ARESPCJ possui técnicos com experiências em resíduos sólidos. Finalizando a sua apresentação realçou que todos os 12 municípios que compõem o Consórcio de Saneamento do Circuito das Águas estão no protocolo de intenção da ARES/PCJ , que todas as adesões deverão ser individualizadas pelo ente federativo, ou seja o município e que o município que já aderiu a ARSESP e/ou com outra agência de regulação deverá continuar com a agência contratada e conviver com as diferentes realidades, assim como que em Assembléia da ARESPCJ decidiu-se que inicialmente esta agência apenas efetuará a regulação dos serviços de água e esgoto. Na sequência o Prefeito José Ronaldo Leme agradeceu a participação e a presença de todos e o prefeito e presidente do Consórcio – Sr. Paulo Miotto comentou que considerava prematura a idéia de

  




formação de um novo consórcio para as atividades de regulação e/ou mesmo o Consórcio de Saneamento Básico do Circuito das Águas assumir estas atividades de regulação e de fiscalização, pois "precisávamos consolidar as ações atuais". Propôs aos representantes da ARES/PCJ que o consórcio elabore os custos para estes municípios aderirem à ARES/PCJ e a forma desta contribuição. Também lembrou que em função da não existência dos serviços de regulação em Amparo, o SAAE está desenvolvendo o reajuste das tarifas apenas considerando os índices da inflação – fato que acabaria prejudicando e desenvolvendo defasagem nos preços atuais, que estariam defasados. 2- Na sequência o Superintendente do Consórcio – Sr. Júnior desenvolveu um pequeno relato sobre as atividades do Consórcio nos últimos meses, como a representação no Observatório dos consórcios. Participou do encontro sobre federalismo na Argentina e que vão ocorrer também sobre o México e Venezuela. Na sequência Jr. Também falou do encontro que participou em São Paulo no Observatório dos Consórcios e que conheceu a Ex-Prefeita de Pedrinhas Paulista (atual secretária executiva do Consórcio CIVAPE) e da estação de Rejeitos da Construção Civil conforme experiências da CIVAPE que é o Consórcio da região de Assis.

Em dezembro será repassado e finalizado o Edital do concurso e seu Anexo – Cargos e atribuições. Será aberto o concurso para vagas e formação de quadro de reserva para as vagas restantes. Alertou que as prefeituras que compõem o Consórcio de Saneamento Básico poderão apresentar as suas atividades para a Diretiva de atividades regionais do Programa Município Verde e Azul da Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Governo do Estado de São Paulo, podendo ser pontuados para o município de 1,5 a 2 pontos, com fotos de participação nas reuniões desenvolvidas como forma de demonstrar a participação. Foi questionado pelo advogado Carlos da ARES/PCJ qual o regime a ser adotado: celetista ou estatutário. A opção é o celetista. Ficou salientado que o número de vagas deverá ser preenchido em prazo hábil, pois há legislação sobre e o tribunal de Contas deverá verificar. O senhor Gilberto explicou sobre o nível de formação dos possíveis candidatos e as vagas necessárias. O Joaquim, na sequência distribuiu convites aos prefeitos presentes para o Encontro ECOCIDADANIA – 14 horas – Salão Paroquial de Amparo. Com relação a disposição final de resíduos sólidos dos municípios do Consórcio, Paulo Miotta comunicou que o SAAE de Amparo já obteve a Licença de instalação da Estação do transbordo e que a mesma estaria em processo de licitação com previsão de operação para fevereiro. Casa de Saneamento - Projeto executivo deverá ser elaborado até fevereiro pelo próprio Departamento de Engenharia da Prefeitura de Amparo. 3- Na sequência o prefeito Paulo Miotta apresentou algumas novidades que estão sendo pactuadas em Brasília, como a de que as prefeituras não entrarão na CAUC – Cadastro Único de Convênio, da Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda, automaticamente, tendo inicialmente uma comunicação pelo sistema e prazo de alguns dias para a sua regularização. Também poderá ser dado início de obra sem a posse definitiva do terreno. Também foi efetuada solicitação direta à Ouvidoria dos prefeitos da Caixa Econômica Federal – proposta para a criação de gerente regional do Circuito das Águas. Paulo também informou que pedirá através de Ofício para Caixa. Projetos Regionais dos Hospitais: 1- Rede Cegonha

Maternidade regional. 2- Urgência/ Emergência. 3- Cuidados Continuados. Prefeito Justino Lopes de Lindóia convidou os presentes para a inauguração dia 10 de dezembro do complexo de iluminação natalina Luzes de Natal. 4- Na sequência foi efetuada apresentação de representantes da empresa a – CONTEMAR – WWW. contemar.com.br – Tel. (15) 3235-3700 – mudança de cultura na coleta de resíduos, com demonstração dos produtos e atividades desenvolvidos pela empresa e breve apresentação do caminhão que possui estrutura própria para a elevação e disposição dos containers no caminhão de coleta e transporte de resíduos sólidos adaptados. A próxima Plenária dos prefeitos ficou agendada para o município de Socorro, dia 3 de fevereiro, a partir das 14 horas.

Eu, Marcos José Lomonico, Diretor do Departamento de Planejamento e Urbanismo, redigi a presente Ata, que segue por mim assinada, pelo presidente Sr. Paulo Miotto. Estando anexa, a Lista de presença de prefeitos, assessores e convidados. Pedra Bela, 2 de dezembro de 2011.

*Marcos José Lomonico*

**MARCOS JOSÉ LOMONICO**

Membro do Grupo Executivo e Implantação

1º Tabelião  
de Notas de Amparo

*Paulo Turato Miotto*

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL  
DE SANEAMENTO BÁSICO DA  
REGIÃO DO CIRCUITO DAS ÁGUAS**  
Paulo Turato Miotto  
Presidente

Taxas devidas reconhecidas por guia	TABELÃO DE NOTAS E DE PROTESTOS DE		Maria Cecília de Rosa
	LETRAS E TÍTULOS DE AMPARO - SP		Tab
	Pça. da Bandeira, 235 - Fone (19) 3807-3602 / 3		
	Reconheço por semelhança a(s) firm		
	<i>Paulo Turato Miotto</i>		
	Amparo,	14 DEV 2012	
	Em testº	<i>Patricia de Rossi</i>	da verdade.
Válido somente com selo de autenticidade		Valor recebido por firma R\$ 4.00	



*Patricia de Rossi*  
Escrevente Autorizada

REGISTRO DE TIT. E DOCUMENTOS  
022596  
MICROFILMADO